

Demonstrações Financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

(anteriormente denominada Stone Pagamentos S.A.)

31 de dezembro de 2021

com Relatório do Auditor Independente

Stone Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório da administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamentos S.A. (“Stone” ou “Companhia”) relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Mensagem da Administração

Nosso negócio demonstrou forte crescimento no quarto trimestre de 2021. Nosso TPV transacionado cresceu 55% excluindo Coronavoucher, com volume transacionado no nosso core de microempreendedores e PMEs (incluindo offline e online) crescendo 87% comparado ao mesmo período do ano anterior, resultando em ganhos de market share na operação.

Além disso, atingimos aproximadamente 1,8 milhões de clientes de pagamentos. O número de contas bancárias digitais ativas cresceu 16% no quarto trimestre de 2021 comparado ao trimestre anterior, atingindo 491.500. Além disso, continuamos aumentando o engajamento com as nossas soluções, com aumento no saldo de depósitos, que atingiu R\$2.0 bilhões e TPV do cartão pré-pago atingindo R\$ 498,7 milhões, um crescimento próximo a 3x ano contra ano para ambos.

Por outro lado, tivemos algumas dificuldades no ano. Pausamos os desembolsos de crédito frente aos problemas com a solução e o mau funcionamento do sistema de registro de recebíveis. Além disso, fomos afetados por um maior CDI, que aumentou nossos custos financeiros à medida que a reprecificação dos nossos clientes iniciou apenas em novembro. Esses efeitos, aliados à manutenção de fortes investimentos na operação, afetaram nossa margem líquida.

Nossa visão para 2022 é positiva, com forte crescimento e melhoria de margens. Esperamos continuar crescendo nossa base de clientes micro e PME, expandir nossa solução de banking, e relançar nosso produto de crédito.

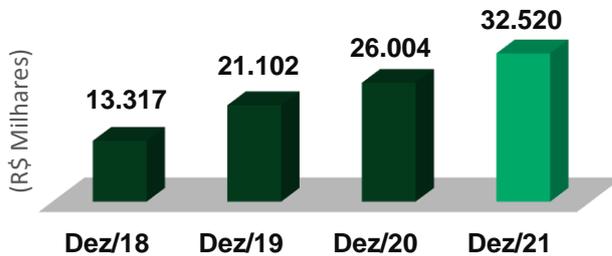
Acreditamos que estamos bem-posicionados para executar nossas estratégias, e continuar crescendo com melhoria de margens.

Continuamos comprometidos em ajudar nossos lojistas com as diversas necessidades que eles têm, ajudando-os a serem mais produtivos e venderem mais.

Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios.

Total de ativos

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totalizaram R\$ 32.520 milhões, apresentando um aumento de 25,1% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 26.004 milhões.

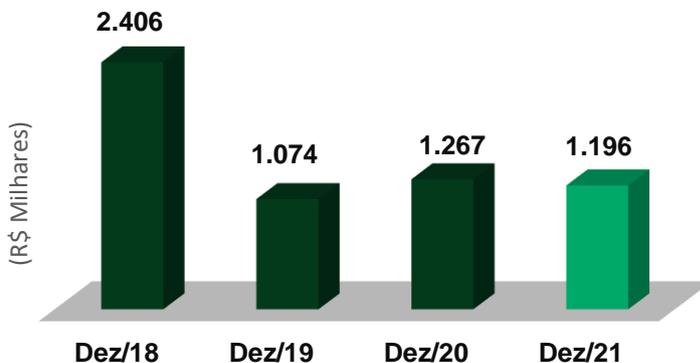


Destacamos abaixo as principais movimentações no total de ativos:

- **Contas a receber de emissores:** O principal ativo da Stone refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito. O saldo das contas a receber de emissores, incluindo aquelas que foram cedidas com retenção de riscos e benefícios, totalizou R\$ 19.285 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 19,8% em relação ao saldo de R\$ 16.103 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento no saldo é reflexo do crescimento do TPV processado pela Companhia durante o exercício de 2021.
- **Títulos e valores mobiliários:** O saldo de títulos e valores mobiliários aumentou de R\$ 5.153 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 6.319 milhões em 31 de dezembro de 2021, devido principalmente ao aumento no investimento em cotas do FIDC TAPSO.
- **Participações em coligadas e controladas:** O saldo de participações em coligadas e controladas passou de R\$ 2.191 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 3.360 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em julho de 2021 a Stone começou a ter como investida a empresa PDCA com uma participação de 100%.

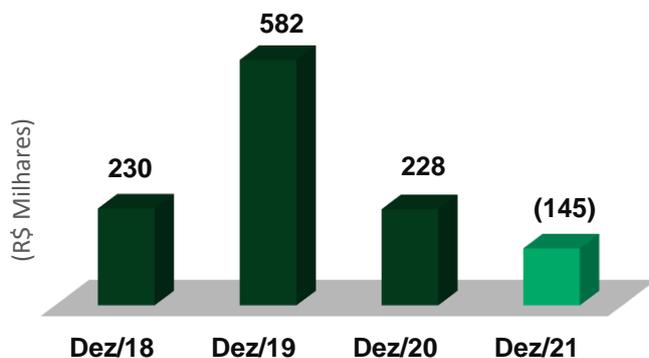
Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido totalizou R\$ 1.196 milhões, representando uma diminuição de R\$ 71 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 1.267 milhões.



Resultado

No exercício de 2021, a Stone totalizou um prejuízo de R\$ 145 milhões, representando uma redução de R\$ 363 milhões em relação ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante R\$ 218 milhões de lucro.



Destacamos abaixo os principais impactos no resultado:

- **Receitas:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de transações de pagamento, aluguel de equipamentos e antecipação de obrigações por transações de pagamento, totalizaram R\$ 2.271 milhões, líquido de impostos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 41,4% em relação ao total de R\$ 1.606 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O aumento deve-se basicamente ao crescimento da antecipação de obrigações de transações de pagamento o qual acompanha a elevação da taxa Selic no exercício de 2021.
- **Custo dos serviços prestados:** O aumento do custo dos serviços prestados, de R\$ 317 milhões no exercício findo em dezembro de 2020, para R\$ 560 milhões no exercício findo em dezembro de 2021, deve-se principalmente a (i) maiores investimentos em nossas equipes de tecnologia e atendimento ao cliente, (ii) custos de novas soluções de software, e (iii) maiores custos de transação e implantação para suportar nossa operação.
- **Despesas de pessoal:** O aumento em despesas de pessoal é dado pelo acréscimo no quadro de funcionários da Stone, reflexo do crescimento da Companhia.
- **Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** O aumento das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, de R\$ 275 milhões no exercício findo em dezembro de 2020, para R\$ 910 milhões no exercício findo em dezembro de 2021, deve-se principalmente ao aumento de juros passivos relacionado a cessão de recebíveis.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria e Conselho de Administração da
Stone Instituição de Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamentos S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Instituição de Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Processo de reconhecimento das receitas operacionais

Conforme divulgado na nota explicativa nº 3(o), as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas no resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações, (ii) das rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebidos dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Companhia, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões e (iii) das rendas com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar e o valor efetivamente antecipado. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber de emissões de cartões e a receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizaram R\$ 14.623.500 mil e R\$ 1.171.987 mil, respectivamente, a receita de serviços de assinatura e atividades de aluguel totalizaram R\$ 413.747 mil e a receita líquida por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizaram R\$ 685.331 mil. Em razão da relevância do processo de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações, bem como dos valores envolvidos, consideramos essa área como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de balanços patrimoniais e de resultado relacionados às transações incorridas (captura, autorização, processamento, serviços de liquidação fornecidos pelas redes do sistema de pagamento e emissores de cartões, pré-pagamentos aos clientes de seus recebíveis parcelados e do resultado apurado com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados) levando em consideração aspectos de relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; (ii) testes de valorização do montante da receita a ser reconhecida como um percentual do valor total da transação; (iii) testes documentais relacionados ao processo de registro da receita de aluguel de equipamentos (valorização, liquidação e contabilização); e (iv) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas nº 7 e 21.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas nº 7 e 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem a diretoria e o Conselho de Administração da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

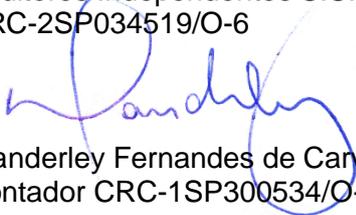
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-1SP300534/O-8

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante		27.419.420	22.957.655
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.126.454	1.268.754
Disponibilidades		1.116.296	1.169.424
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	10.158	99.330
Instrumentos financeiros		26.065.311	21.534.058
Títulos e valores mobiliários	6a	6.318.543	5.153.488
Instrumentos financeiros derivativos	6c	-	172
Contas a receber de emissores	7	14.623.500	10.871.442
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	8	4.661.058	5.231.865
Depósitos no Banco Central	9	233.430	123.488
Rendas a receber	10	124.015	92.337
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(36.768)	(28.170)
Outros ativos diversos	11	141.533	89.436
Outros créditos		130.906	108.769
Impostos e contribuições a compensar		70.590	92.946
Imposto de renda a recuperar		60.316	15.823
Outros valores e bens		96.749	46.074
Despesas antecipadas	12	96.749	46.074
Não circulante		5.100.705	3.046.117
Realizável a longo prazo		729.732	191.939
Instrumentos financeiros		250.074	46.957
Rendas a receber	10	35.317	28.770
Outros ativos diversos	11	214.757	18.187
Outros créditos		324.095	144.982
Ativos fiscais diferidos	13	324.095	144.982
Outros valores e bens		155.563	-
Despesas antecipadas	12	155.563	-
Investimentos	14	3.379.231	2.247.983
Participações em coligadas e controladas		3.360.462	2.191.209
Ágio na aquisição de investimentos		18.769	56.774
Imobilizado de uso	15	832.966	498.750
Instalações, móveis e equipamentos de uso		1.267.361	756.766
(-) Depreciação acumulada		(434.395)	(258.016)
Intangível	16	158.776	107.445
Ativos intangíveis		237.449	148.191
(-) Amortização acumulada		(78.673)	(40.746)
TOTAL DO ATIVO		32.520.125	26.003.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante		30.576.820	24.193.177
Depósitos e demais instrumentos financeiros		30.381.066	23.981.007
Depósitos	9	1.485.789	654.699
Instrumentos financeiros derivativos	6c	58	2.659
Obrigações por empréstimos	17	2.507.635	390.363
Contas a pagar a estabelecimentos	18	16.054.088	9.229.389
Obrigações vinculadas a cessão	8	2.327.225	5.163.778
Obrigações sociais e estatutárias	19a	48.177	172.855
Outros passivos diversos	19c	7.958.094	8.367.264
Outras obrigações		195.754	212.170
Provisão para pagamentos a efetuar	19e	167.323	102.843
Impostos e contribuições a recolher	19b	28.431	109.327
Não circulante		747.219	543.107
Instrumentos financeiros		606.269	404.055
Obrigações por empréstimos	17	589.345	399.083
Outros passivos diversos	19c	16.924	4.972
Outras obrigações		140.950	139.052
Provisão para pagamentos a efetuar	19e	27.217	72.714
Obrigações fiscais diferidas	13b	106.771	58.009
Provisão para contingências	19d	6.962	8.329
Patrimônio líquido	20	1.196.086	1.267.488
Capital social	20a	869.445	869.445
Reserva de capital	20b	195.212	87.011
Reserva de lucros	20c	250.087	431.202
Outros resultados abrangentes	20e	(118.658)	(120.170)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		32.520.125	26.003.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Receitas operacionais	21	1.391.162	2.271.065	1.606.287
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços		615.587	1.171.987	1.019.343
Receita líquida de aluguel de equipamentos		213.013	413.747	310.987
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento		562.562	685.331	275.957
Resultado bruto da intermediação financeira		(383.307)	(364.618)	98.245
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		436.846	666.423	412.987
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		959	(1.779)	(3.783)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	22	(724.979)	(909.945)	(274.795)
Despesas com operações de empréstimos	17	(96.133)	(119.317)	(36.164)
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.334.588)	(2.343.014)	(1.503.916)
Custo dos serviços prestados	23	(332.346)	(560.001)	(317.433)
Despesas de pessoal	24	(487.098)	(896.785)	(627.342)
Despesas administrativas	25	(225.751)	(380.212)	(183.943)
Depreciação e amortização	14/15/16	(147.995)	(270.030)	(189.946)
Despesas de provisões	26	(33.200)	(53.324)	(28.160)
Outras receitas operacionais	27	5.435	14.089	24.584
Outras despesas operacionais	28	(113.633)	(196.751)	(181.676)
Resultado operacional		(326.733)	(436.567)	200.616
Resultado de participação em controladas e coligadas	14	170.793	233.628	198.830
Resultado não operacional	29	(6.864)	(10.491)	(42.466)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(162.804)	(213.430)	356.980
Imposto de renda e contribuição social	13a	109.953	156.848	(27.378)
Provisão para imposto de renda		80.847	115.179	(18.134)
Provisão para contribuição social		29.106	41.669	(9.244)
Participações no lucro		(48.840)	(88.565)	(101.629)
Lucro líquido / (prejuízo) do período		(101.691)	(145.147)	227.973
Lucro líquido / (prejuízo) por ação (R\$)		(0,65)	(0,93)	1,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Semestre findo em 31/12/2021</u>	<u>Exercício findo em 31/12/2021</u>	<u>Exercício findo em 31/12/2020</u>
Lucro líquido / (prejuízo) do período		<u>(101.691)</u>	<u>(145.147)</u>	<u>227.973</u>
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>1.512</u>	<u>(1.512)</u>
Itens que serão reclassificados para o resultado		<u>-</u>	<u>1.512</u>	<u>(1.512)</u>
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável	6c	<u>-</u>	<u>2.291</u>	<u>(2.291)</u>
Efeito tributário sobre item acima		<u>-</u>	<u>(779)</u>	<u>779</u>
Resultado abrangente do período		<u>(101.691)</u>	<u>(143.635)</u>	<u>226.461</u>
Atribuível a:				
A própria instituição		<u>(101.691)</u>	<u>(143.635)</u>	<u>226.461</u>
		<u>(101.691)</u>	<u>(143.635)</u>	<u>226.461</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		869.445	(118.658)	61.833	261.344	-	1.073.964
Pagamento baseado em ações	20b /31	-	-	23.290	-	-	23.290
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	20b/14/31	-	-	1.888	-	-	1.888
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável, líquida de impostos	6c	-	(1.512)	-	-	-	(1.512)
Variação no ajuste a valor de mercado de controlada		-	1	-	-	-	1
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	227.973	227.973
Destinações do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	20c	-	-	-	11.399	(11.399)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,3733/ação)	20d	-	-	-	-	(58.115)	(58.115)
Reserva especial de lucros		-	-	-	158.459	(158.459)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		869.445	(120.170)	87.011	431.202	-	1.267.488
Saldos em 01 de julho de 2021		869.445	(118.658)	131.657	395.234	(43.456)	1.234.222
Pagamento baseado em ações		-	-	59.740	-	-	59.740
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas		-	-	3.815	-	-	3.815
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(101.691)	(101.691)
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	(145.147)	145.147	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		869.445	(118.658)	195.212	250.087	-	1.196.086
Saldos em 31 de dezembro de 2020		869.445	(120.170)	87.011	431.202	-	1.267.488
Pagamento baseado em ações	20b /31	-	-	102.902	-	-	102.902
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	20b/14/31	-	-	5.299	-	-	5.299
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável, líquida de impostos	6c	-	1.512	-	-	-	1.512
Dividendos adicionais	20d	-	-	-	(4.746)	-	(4.746)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,2006/ação)	20d	-	-	-	(31.222)	-	(31.222)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(145.147)	(145.147)
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	(145.147)	145.147	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		869.445	(118.658)	195.212	250.087	-	1.196.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Lucro líquido/ (prejuízo) do período		(101.691)	(145.147)	227.973
Ajustes ao Lucro líquido (prejuízo):		(269.180)	(361.281)	(288.228)
Depreciação e amortização	14/15/16	147.995	270.030	189.946
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(88.089)	(130.854)	(23.207)
Equivalência patrimonial	14	(170.793)	(233.628)	(198.830)
Receitas financeiras, líquidas		(318.864)	(520.779)	(362.145)
Provisão para contingências	19d	5.119	8.386	3.253
Provisão para perdas operacionais	26	28.081	44.938	24.907
Perda na baixa e alienação de bens		69.317	99.409	54.558
Ajuste a valor justo de TVM e derivativos		(1.685)	(1.685)	-
Pagamento baseado em ações		59.739	102.902	23.290
Variações nos ativos e passivos		465.150	(103.529)	3.082.989
Títulos e valores mobiliários		1.200.424	196.146	(324.942)
Contas a receber de emissores		(807.408)	(3.061.212)	(1.554.088)
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		(940.023)	789.906	(564.427)
Rendas a receber		(32.181)	(38.225)	(3.416)
Outros ativos diversos		(260.941)	(306.777)	(43.429)
Despesas antecipadas		34.230	(206.238)	(26.973)
Contas a pagar a estabelecimentos		3.811.924	6.149.316	2.354.520
Obrigações sociais e estatutárias		41.927	(33.356)	35.237
Impostos e contribuições a recolher		69.044	21.327	80.608
Obrigações vinculadas a cessão		(1.182.873)	(2.836.553)	734.596
Outros passivos diversos		(1.267.406)	(478.723)	2.068.512
Dividendos recebidos		-	-	422.569
Juros pagos		(26.414)	(42.807)	(41.544)
Juros recebidos, líquidos		(176.509)	(234.562)	12.589
Imposto de renda e contribuição social pagos		1.356	(21.771)	(66.823)
Caixa líquido das atividades operacionais		94.279	(609.957)	3.022.734
Aquisição de imobilizado		(207.193)	(579.027)	(304.291)
Valor recebido pela venda de imobilizado		1	96	2.071
Aquisição de ativos intangíveis	16	(68.313)	(119.437)	(65.206)
Aumento de capital em subsidiária	14	(513.335)	(943.335)	(60.000)
Caixa líquido das atividades de investimento		(788.840)	(1.641.703)	(427.426)
Captção de empréstimos	17	6.414.986	9.222.986	2.960.000
Pagamento de empréstimos		(5.483.959)	(6.991.959)	(4.340.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	20d	(48.762)	(122.607)	(31.998)
Caixa líquido das atividades de financiamento		882.265	2.108.420	(1.411.998)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa		1.503	940	289
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		189.207	(142.300)	1.183.599
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	937.247	1.268.754	85.155
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	1.126.454	1.126.454	1.268.754
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		189.207	(142.300)	1.183.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Stone Instituição de Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Stone”) com sede em São Paulo, Av. Doutora Ruth Cardoso, 7221, cj. 2101, 20º andar, foi constituída em 4 de dezembro de 2013. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços para aceitação de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais e seu modelo de negócio compreende o credenciamento, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para a captura, processamento, transmissão e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito dos instituidores dos arranjos. A Stone também atua efetuando pré-pagamentos de transações com cartões aos estabelecimentos credenciados sobre transações já capturadas e processadas.

A Stone obteve, em 3 de julho de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), e em 24 de abril de 2019 recebeu autorização para atuar como emissora de moeda eletrônica. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Em 04 de dezembro de 2019, após incorporação reversa da StoneCo Brasil Participações S.A. (“StoneCo Brasil”), a Companhia passou a ser controlada pela DLP Capital LLC, uma *holding* norte-americana que detém 100% das ações da Companhia, que por sua vez tem como controladora final a StoneCo Ltd. (“Grupo StoneCo” ou “Grupo”), empresa de capital aberto na bolsa de valores NASDAQ sob o código STNE, constituída nas Ilhas Cayman.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Em 1º janeiro de 2021 entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições de pagamento. Conforme requerido e permitido pela norma, a Companhia alterou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparativos as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas.

Após análises realizadas, não identificamos efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos permanentes, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para impostos diferidos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2022.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira parte das disponibilidades e instrumentos financeiros, são mantidos em moeda estrangeira, conforme autorizada pela Resolução nº 4.444/15 e alterações posteriores do Banco Central do Brasil. Os valores em moeda estrangeira, representados também por ativos e passivos decorrentes das transações usuais da Companhia, foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data de liquidação das

transações ou na data das demonstrações financeiras, quando pendentes de liquidação. Nesse caso os ativos e passivos são convertidos pela cotação do dólar comercial, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Os resultados de variação cambial, positivos ou negativos, são registrados em conta de resultado.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01 e alterações, nas seguintes categorias:

- (i) *Títulos para negociação* - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- (ii) *Títulos mantidos até o vencimento* - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
- (iii) *Títulos disponíveis para venda* - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii).

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente e preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13 e alterações.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio.

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor de mercado, de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, de acordo com suas respectivas classificações, conforme a seguir:

- (i) destinados a *hedge* de risco de mercado: ganhos e perdas são registrados no resultado do exercício; e
- (ii) destinados a *hedge* de fluxo de caixa: ganhos e perdas relacionados à parcela efetiva do *hedge* são registrados em Outros resultados abrangentes, e eventual parcela inefetiva é reconhecida no resultado do exercício.
- e) Transações de pagamento
- Nas transações de débito, a Stone paga em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o pagamento depende da quantidade de parcelas. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre trinta dias corridos após a captura da transação. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito parcelado, o pagamento de cada parcela ocorre 30 dias após o seu vencimento.
- f) Cessão de recebíveis
- De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09 e alterações, créditos de recebíveis cedidos desde 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificados para rubrica específica no ativo “Contas a receber de emissores vinculadas a cessão” (Nota 8) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo “Obrigações vinculadas a cessão” (Nota 8).
- g) Despesas antecipadas
- Estão reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidos na competência apropriada.
- h) Investimentos
- Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada.
- Ágio*
- O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.
- O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.
- i) Ativo imobilizado de uso
- Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:
- Pin Pad e POS – 20%;
 - Máquinas e aparelhos e equipamentos – 20%;
 - Equipamentos de informática – 10% - 20%;
 - Móveis e utensílios – 10%;
 - Benfeitorias em propriedades de terceiros – 20% - 33%;
 - Instalações – 10%;
 - Equipamentos de telefonia – 20%;
 - Veículos – 20%;
 - Aeronave – 10%

j) Ativo intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Software – 20%.
- Licenças de uso de bandeiras – 20%;
- Marcas e patentes – 5%.
- Direito sobre contrato de representação – 33%.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto ativos fiscais diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente.

Não foram identificadas perdas por *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

l) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (“IRPJ”) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) é de 9% sobre o lucro tributável.

m) Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados.

n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

o) Apuração do resultado

(i) *Receitas operacionais*

As receitas operacionais são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida de cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares, assim como líquida dos impostos diretamente incidentes. Estão assim representadas na demonstração do resultado:

- “Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços”: refere-se à captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, sendo apropriadas ao resultado da Companhia, líquida das taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações;
- “Receita líquida de aluguel de equipamentos”: refere-se às rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebido dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Stone, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões. A receita é contabilizada de forma linear no mês de competência do aluguel; e
- “Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento”: refere-se às rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado.

(ii) *Resultado bruto da intermediação financeira*

- “Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários”: receita de juros e ganhos ou perdas provenientes da marcação a mercado das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários;
- “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”: ganhos e perdas relacionados às operações de *hedge* de risco de mercado, e à parcela inefetiva das operações de *hedge* de fluxo de caixa;
- “Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”: registro das despesas relativas às obrigações assumidas em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que não foram baixados, integral ou proporcionalmente, apropriadas pela taxa efetiva da operação em função do prazo remanescente;
- “Despesas com operações de empréstimos”: despesa de juros incorridos das obrigações por empréstimos assumidas pela Companhia.

p) Pagamento baseados em ações

A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços.

As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como

despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A atividade relativa ao pagamento baseado em ações é discutida em mais detalhes na Nota 31.

q) Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2021 não houve resultado classificado como não recorrente.

r) Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:

- Resolução BCB nº 33: Os normativos dispõem sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábil de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos por instituições de pagamentos, e passam a vigorar a partir de 01.01.2022. Permite a adoção de modelo simplificado para reconhecimento da variação cambial sobre investimento exterior. Além disso, estabelece a divulgação de informações mais detalhadas em notas explicativas. O Stone Instituição de Pagamentos S.A não espera efeitos em sua posição patrimonial e de resultado por conta da nova norma.
- Resolução BCB nº 120: Estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis, com entrada em vigor a partir de 01.01.2022. Entre seus principais impactos, destacam-se: a) adoção dos pronunciamentos contábeis CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente; e b) faculdade da utilização de taxa de câmbio à vista diferente de taxa informada pelo BACEN, não adotada pela Companhia neste momento. A Stone Instituição de Pagamento S.A não espera efeitos em sua posição patrimonial e de resultado por conta da nova norma.
- Resolução BCB nº 178 (IFRS 16): Aprova o CPC 06 – Arrendamentos (R2) traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025.
- Em 11 de março de 2022 o BACEN aprovou um conjunto de regulamentos para instituições de pagamento. As novas regras criam requisitos da seguinte forma:
 - A regulação e supervisão serão baseadas no conglomerado financeiro consolidado conforme definido pelas normas do BACEN e não nas entidades reguladas individuais.
 - Introduz requisitos para gestão de risco e para gestão de adequação de capital.
 - Estabelece regras para determinação do nível mínimo de capital e para mensuração do capital regulatório efetivo que são introduzidas de forma gradual de 1º de janeiro de 2023 a 1º de janeiro de 2025.

A Empresa está avaliando o impacto das novas regras e não espera um impacto nos requisitos de capital acima do patrimônio atual alocado às entidades reguladas na vigência inicial em 1º de janeiro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades – em moeda nacional	1.100.453	1.158.123
Disponibilidades – em moeda estrangeira	15.843	11.301
Aplicações interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	10.158	99.330
	<u>1.126.454</u>	<u>1.268.754</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2021			
	Taxa média ponderada a.a.	Faixa de vencimento		
		0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Operações compromissadas	94% DI (a)	10.158	-	10.158

	31/12/2020			
	Taxa média ponderada a.a.	Faixa de vencimento		
		0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Operações compromissadas	94,5% - 99,5% DI (a)	99.330	-	99.330

(a) Depósitos Interbancários: taxa de juros que lastreia as operações entre instituições financeiras.

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição e classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados como:

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos de renda fixa (i)	1.389.781	591.419
Cotas de fundo de investimento - FIDC TAPSO (a)	4.328.789	3.072.022
Cotas de fundo de investimento - FIDC TAPSO II (a)	1.113	-
Cotas de fundo de investimento - FIDC SOMA (b)	352.837	889.047
Cotas de fundo de investimento - FIDC AR II (c)	-	323.564
Cotas de fundo de investimento - FIDC AR III (c)	246.023	277.436
Títulos para negociação	6.318.543	5.153.488

(i) Os títulos de renda fixa referem-se a títulos de Letra Financeira do Tesouro com vencimento em até 90 dias. O valor justo dos títulos de renda fixa é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros DI disponibilizadas ao mercado através de órgão oficiais (B3, BACEN e etc.).

As aplicações em cotas de fundos de investimento referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDC" ou, coletivamente "FIDCs"). Os FIDCs são administrados e custodiados pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e pelo Plural S.A. Banco Múltiplo.

- (a) O TAPSO FIDC ("FIDC TAPSO") iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. O fundo pertence 99,8% ao Grupo StoneCo, sendo que em 31 de dezembro de 2021, a Stone detém participação de 43,9% das cotas (35,3% em 31 de dezembro de 2020), a subsidiária MNL T S.A. ("MNL T") 12,8% (23,3% em 31 de dezembro 2020), a subsidiária PDCA S.A. ("PDCA") 7,2% (0% em 31 de dezembro 2020) e a subsidiária Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me") 1,6% (1,8% em 31 de dezembro 2020). Já o TAPSO FIDC II ("FIDC TAPSO II") iniciou suas atividades em 10 de setembro de 2021, com o mesmo objetivo do FIDC TAPSO. O fundo pertence 100% ao Grupo StoneCo, sendo que em 31 de dezembro de 2021, a Stone detém participação de 100 % das cotas.

- (b) Em outubro de 2019 foi constituído o SOMA FIDC (“FIDC SOMA”) sob forma de condomínio fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas ao término do respectivo prazo de duração das classes de cotas ou em caso de liquidação do FIDC SOMA. O FIDC SOMA terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral. A Stone detém 50,3% das cotas do FIDC SOMA em 31 de dezembro de 2021 (50,3% em 31 de dezembro de 2020).
- (c) O FIDC Bancos Emissores de Cartão de Crédito - Stone I (“FIDC AR I”) e o FIDC Bancos Emissores de Cartão de Crédito - Stone II (“FIDC AR II”) foram constituídos no exercício de 2017 sob a forma de condomínios fechados, com prazo de 20 anos, regidos pela Resolução do CMN nº 2.907/01 e alterações, pela Instrução CVM nº 356/01 e alterações, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Em 21 de julho de 2020 foi constituído o FIDC Bancos Emissores de Cartão de Crédito - Stone III (“FIDC AR III”) para ser utilizado como fonte de captação de recursos, o FIDC AR III foi constituído de forma semelhante ao FIDC AR I, o qual foi encerrado em junho de 2020, e conseqüentemente a Stone não detém cotas no encerramento desse exercício (10,4% em 31 de dezembro de 2019). Em 27 de dezembro de 2021 o FIDC AR II foi encerrado e dessa maneira a Stone não detém mais cotas no encerramento do exercício (16,6% em 31 de dezembro de 2020). No FIDC AR III a Stone é detentora de 9,9% de cotas em 31 em dezembro de 2021 (9,9% em dezembro de 2020).

Os FIDCs devem manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas estão de acordo com as normas adotadas no Brasil e com critérios determinados pelo BACEN.

Apesar da duração dos FIDCs ser de 20 anos ou duração indeterminada, o prazo de recebimento é menor que 12 meses, ou seja, é de entendimento da Companhia que o valor deve ser registrado no ativo circulante.

b) Abertura por faixa de vencimento dos títulos e valores mobiliários

	31/12/2021		
	0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Cotas de fundo de investimento - FIDCs	-	4.928.762	4.928.762
Títulos de renda fixa	1.389.781	-	1.389.781
	1.389.781	4.928.762	6.318.543
	31/12/2020		
	0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Cotas de fundo de investimento - FIDCs	-	4.562.069	4.562.069
Títulos de renda fixa	591.419	-	591.419
	591.419	4.562.069	5.153.488

c) Instrumentos financeiros derivativos

Contabilidade de hedge

Durante 2020, a Companhia realizou operações de hedge, utilizando contratos de Non-Deliverable Forward (“NDF”), para transações futuras altamente prováveis de compras de Pin Pads e POS, sujeitas à exposição cambial. As transações foram eleitas para contabilidade de hedge e classificadas como hedge de fluxo de caixa, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02 e alterações.

Em 14 de janeiro de 2021, a Companhia acordou com os fornecedores de Pin Pads e POS para que as novas compras não fossem mais indexadas à moeda estrangeira. Em virtude desse acordo, não foram realizadas novas operações de hedge desde então e as operações anteriormente designadas foram descontinuadas para fins de contabilidade de hedge.

Os detalhes das operações e posição de ativo, passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são apresentadas a seguir:

Transações liquidadas

Nocional em US\$ (a)	Taxa de câmbio contratada (R\$ por US\$ 1,00)	Nocional em R\$ (a)	Data da transação	Data de vencimento	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020
					Parcela efetiva – Ganho / (Perda) (b)	Parcela inefetiva – Receita / (Despesa) (c)	Hedge accounting descontinuado – Receita / (Despesa) (d)	Valor justo – Ativo / (Passivo)
3.951	5,40	21.340	07/07/20	04/01/21	(288)	(518)	-	(806)
(1.100)	5,31	(5.837)	05/08/20	04/01/21	-	121	-	121
2.900	5,33	15.450	05/08/20	01/02/21	-	-	430	(418)
(600)	5,26	(3.158)	17/09/20	04/01/21	-	39	-	39
(150)	5,26	(790)	17/09/20	01/02/21	-	-	(32)	12
1.900	5,27	10.020	17/09/20	01/03/21	-	-	487	(165)
2.900	5,63	16.333	21/10/20	01/04/21	-	-	190	(1.270)
(2.750)	5,20	14.302	14/01/21	01/02/21	-	-	(756)	-
(1.900)	5,21	9.893	14/01/21	01/03/21	-	-	(614)	-
(2.900)	5,21	15.118	14/01/21	01/04/21	-	-	(1.404)	-
Valor líquido					(288)	(358)	(1.699)	(2.487)

- (a) Os valores negativos representam as operações de hedge designadas para eliminar a variação cambial dos hedges originais em função de (i) redução nas estimativas de compras futuras de Pin Pads & POS e (ii) eliminação da exposição cambial.
- (b) Durante a vida do hedge, esse valor é reconhecido no patrimônio líquido, em “Outros resultados abrangentes”, mas posteriormente (quando liquidado) é reclassificado para “Imobilizado de uso”, no balanço patrimonial. Em 31 de dezembro de 2021, não há parcela efetiva reconhecida no patrimônio líquido, pois todas as transações foram liquidadas até 1º de abril de 2021 (R\$ 1.512, líquido de impostos, em 31 de dezembro de 2020).
- (c) Reconhecido na demonstração dos resultados, na rubrica “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”. A inefetividade se deve a (i) um menor volume de compras de Pin Pads e POS do que o volume coberto, (ii) um desconto comercial no momento da compra, e (iii) operações de hedge designadas devido à redução nas estimativas de compras futuras de Pin Pads e POS.
- (d) Reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”

Outros instrumentos financeiros derivativos

Em 2021, a Companhia efetuou operações de hedge econômico, utilizando contratos de Non-Deliverable Forward (“NDF), para proteção de exposição cambial de passivos junto a fornecedores no exterior. Em conformidade com a Circular Bacen nº 3.082 e alterações, os saldos decorrentes dessas operações são ajustados periodicamente pelo seu valor de mercado e os ganhos e perdas resultantes são computados no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo destas operações representa um passivo de R\$ 58 (R\$ - em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber de emissores

Os valores a receber de bancos emissores de cartões decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, correspondem a R\$ 14.623.500 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 10.871.442 em 31 de dezembro de 2020).

O prazo médio de recebimento é de 68 dias em 31 de dezembro de 2021 e de 49 dias em 31 de dezembro de 2020.

8. Contas a receber e Obrigações vinculadas a cessão

Os recebíveis de emissores de cartões detidos pela Stone que foram cedidos para FIDCs e para uma entidade privada são mantidos no balanço patrimonial, pois há retenção substancial dos riscos e benefícios, sendo também reconhecida uma obrigação pelo repasse ou antecipação dos recursos.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	4.661.058	5.231.865
	<u>4.661.058</u>	<u>5.231.865</u>
Obrigações vinculadas a cessão	(2.327.225)	(5.163.778)
	<u>(2.327.225)</u>	<u>(5.163.778)</u>

9. Depósitos

A Stone possui saldo de moeda eletrônica mantido em contas pagamento, que constitui patrimônio separado, que não se confunde com o da instituição de pagamento, no montante de R\$ 1.485.789 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 654.699 em 31 de dezembro de 2020).

Conforme exigido pela regulamentação, tais valores foram aplicados em depósitos em moeda eletrônica no BACEN no montante de R\$ 233.430 (R\$ 123.488 em 31 de dezembro de 2020) e em títulos públicos no montante de R\$ 1.389.781 (R\$ 591.419 em 31 de dezembro de 2020), classificados como títulos de renda fixa para negociação.

10. Rendas a receber

As rendas a receber de transações de pagamento referem-se principalmente a valores a receber de clientes, oriundos do aluguel de equipamentos e prestação de serviços de transação financeira. O montante é de R\$ 159.332, sendo R\$ 124.015 no curto prazo e R\$ 35.317 no longo prazo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 121.107, sendo, R\$ 92.337 no curto prazo e R\$ 28.770 no longo prazo em 31 de dezembro de 2020).

11. Outros ativos diversos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dividendos a receber (Nota 30)	10.422	33.746
Adiantamentos diversos e antecipações salariais	78.922	29.817
Devedores por depósitos em garantia	3.738	11.987
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 30)	211.004	6.688
Valores a receber de clientes por chargeback	13.955	8.368
Valores a receber das bandeiras	17.167	8.055
Outros	21.082	8.962
	<u>356.290</u>	<u>107.623</u>
Circulante	141.533	89.436
Não circulante	214.757	18.187

12. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se principalmente a valores com propaganda e publicidade. O montante é de R\$ 252.312 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 46.074 em 31 de dezembro de 2020).

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro / (prejuízo) antes dos impostos e participações	(213.430)	356.980
Alíquotas vigentes (%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	72.566	(121.373)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Lei do Bem (pesquisa e desenvolvimento)	4.402	11.457
Lei de incentivo à cultura e assistência social	-	855
Benefício fiscal	-	2.984
Resultado de equivalência patrimonial	79.433	67.602
Amortização de ágio	(12.225)	(12.951)
Juros sobre o capital próprio	10.616	19.759
Outras despesas permanentes	2.056	4.289
Imposto de renda e contribuição social	156.848	(27.378)
Taxa (%) de alíquota efetiva	73%	8%
Impostos correntes	25.994	(50.585)
Impostos diferidos	130.854	23.207
Imposto de renda e contribuição social	156.848	(27.378)

b) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no exercício.

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Movimentação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	168.864	168.864
Ágio dedutível	48.901	(12.225)	36.675
Provisão para participações nos lucros	25.913	18.231	45.387
Provisão para pagamento baseado em ações	27.156	(2.237)	8.613
Perdas efetivas	10.850	2.929	12.507
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	9.578	(11.340)	14.573
Provisão para contingências	2.832	(465)	2.367
Hedge de fluxo de caixa (a)	779	(779)	-
Demais diferenças temporárias	18.973	16.135	35.109
Ativos fiscais diferidos	144.982	179.113	324.095
Reconhecimento de receita – FIDC (b)	(58.009)	22.611	(35.398)
Hedge de fluxo de caixa (a)	-	(71.373)	(71.373)
Obrigações fiscais diferidas	(58.009)	(48.762)	(106.771)
Impostos diferidos, líquidos	86.973	130.351	217.324

	Saldo em 31/12/2019	Movimentação	Saldo em 31/12/2020
Ágio dedutível	61.127	(12.226)	48.901
Provisão para participações nos lucros	13.933	11.980	25.913
Provisão para pagamento baseado em ações	21.914	5.242	27.156
Perdas efetivas	-	10.850	10.850
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	7.399	2.179	9.578
Provisão para contingências	2.757	75	2.832
Hedge de fluxo de caixa (a)	-	779	779
Demais diferenças temporárias	11.386	7.587	18.973
Ativos fiscais diferidos	118.516	26.466	144.982
Reconhecimento de receita - FIDC (b)	(55.613)	(2.396)	(58.009)
Obrigações fiscais diferidas	(55.613)	(2.396)	(58.009)
Impostos diferidos, líquidos	62.903	24.070	86.973

- (a) Os efeitos tributários diferidos gerados pelas transações de hedge de fluxo de caixa estão reconhecidos em outros resultados abrangentes.
- (b) A Stone é cotista do FIDC TAPSO, um fundo fechado. Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis.

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
2022	96.615
2023	99.225
2024	103.190
2025 a 2028	25.065
Total	324.095

O valor presente estimado dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 256.671 (R\$135.920 de 31 de dezembro de 2020), descontados à taxa média de captação da Companhia.

14. Investimentos

	Participação societária				Ágio sobre aquisição	Total
	MNLT	Pagar.me	Stone SCD	PDCA		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.355.912	19.979	10.914	-	94.864	2.481.669
Aumento de capital	-	-	60.000	-	-	60.000
Amortização de ágio	-	-	-	-	(38.090)	(38.090)
Equivalência patrimonial	191.813	10.896	(3.879)	-	-	198.830
Reflexo de pagamento baseado em ações	1.237	370	281	-	-	1.888
Reflexo de ajuste de avaliação patrimonial de títulos	-	-	1	-	-	1
Distribuição de dividendos	(456.315)	-	-	-	-	(456.315)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.092.647	31.245	67.317	-	56.774	2.247.983
Redução/Aumento de capital	(700.000)	40.000	430.000	1.133.335	-	903.335
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	40.000	-	-	-	40.000
Amortização de ágio	-	-	-	-	(38.005)	(38.005)
Equivalência patrimonial	127.621	38.661	6.869	60.477	-	233.628
Reflexo de pagamento baseado em ações	1.977	1.708	257	1.357	-	5.299
Distribuição de dividendos	(1.212)	(11.769)	(28)	-	-	(13.009)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.521.033	139.845	504.415	1.195.169	18.769	3.379.231

MNLT Soluções de Pagamento S.A (“MNLT”)

Em 22 de abril de 2016, a Stone adquiriu 100% do capital da MNLT, naquela data denominada Elavon do Brasil Soluções de Pagamentos S.A., uma empresa de soluções de pagamento formada em 2012 como uma *joint venture* entre Elavon Inc., subsidiária da U.S. Bankcorp, e o Citibank, subsidiária do Citigroup. A MNLT possuía autorização para operar com bandeiras de aceitação internacional como Visa, Mastercard, Diners e Discover. Além disso a MNLT também estava autorizada a operar as bandeiras de pagamentos de benefícios VR e Ticket.

O montante pago pela aquisição de 100% da MNLT foi de R\$ 1,00 (um real). O patrimônio líquido negativo da MNLT na data da aquisição era R\$ 188.918, o que gerou um ágio na aquisição do investimento. Em 30 de abril de 2019, a MNLT recebeu aumento de capital no valor de R\$ 8.500, totalmente subscrito e integralizado.

Em AGE aprovada 01 de julho de 2021, a Companhia reduziu capital em R\$ 700.000, passando a ter um capital social de R\$ 1.324.653, sem o cancelamento de ações.

A MNLT S.A. fez abertura do seu capital em 11 de fevereiro de 2022 na categoria de registro “B” na comissão de valores imobiliários (CVM).

Pagar.me Pagamentos S.A. (“Pagar.me”)

Em decorrência da incorporação da parcela residual da StoneCo Brasil, em 4 de dezembro de 2019, a Stone passou a ser detentora de 100% das ações ordinárias da Pagar.me, empresa constituída em julho de 2013, tendo como principal objeto a prestação de serviços de tecnologia em gestão de pagamento.

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 29 de junho de 2021, foi aprovado aumento de capital da Pagar.me no valor total de R\$ 40.000.000, mediante a emissão de 40.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 52.275.858,11 (cinquenta e dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e onze centavos), dividido em 40.002.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Os valores dos dividendos a receber no total de R\$ 11.769 refere-se a R\$ 9.182 do exercício de 2021 e R\$ 2.588 referentes ao exercício de 2020, o qual foi pago em agosto de 2021.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Stone SCD”)

Em 22 de julho de 2019, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa Stone SCD, enquadrada no Segmento S5, uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio. Além desses, a Stone SCD pode prestar apenas os seguintes serviços: (i) análise e cobrança de crédito para terceiros; (ii) atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações realizadas; e (iii) emissão de moeda eletrônica.

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 29 de novembro de 2019, foi aprovado aumento de capital da Stone SCD no valor total de R\$ 20.000, mediante a emissão de 20.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone, em moeda corrente nacional, da seguinte forma: (i) R\$ 10.000 foram integralizados na data da AGE; e (ii) R\$ 10.000 foram integralizados em 07 de abril de 2020. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 7 de janeiro de 2020.

Em AGE realizada em 14 de outubro de 2020, foi aprovado aumento de capital da Stone SCD no valor total de R\$ 100.000, mediante a emissão de 100.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone, em moeda corrente nacional, da seguinte forma: (i) R\$ 50.000 foram integralizados na data da AGE; e (ii) R\$ 50.000 a ser integralizado.

Em 9 de junho de 2021 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 4 de junho de 2021, no valor total de R\$ 80.000, mediante a emissão de 80.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone na data da AGE.

Em 14 de junho de 2021 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 9 de junho de 2021, no valor total de R\$ 300.000, mediante a emissão de 300.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone na data da AGE.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, é representado por 501.000.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 501.000 totalmente subscrito e integralizado.

PDCA

A PDCA S.A. (“Companhia” ou “PDCA”), constituída em 20 de agosto de 2019, empresa controlada pela Stone Instituição de Pagamentos S.A. (“Stone”) e em última instância pela StoneCo Ltd (“StoneCo”).

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 31 de dezembro de 2021, foi aprovado aumento de capital da PDCA no valor total de R\$ 132.400, mediante a emissão de 132.400.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone Instituição de Pagamento, em moeda corrente nacional.

Conforme contrato de compra e venda a Stone Instituição de Pagamento pagou o valor de R\$ 995.722 no mês de julho de 2021, com um complemento de R\$ 5.213 para as empresas vendedoras STNE Participações S.A e StoneCo Ltd., totalizando um valor de R\$ 1.000.935.

15. Imobilizado de uso

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Pin Pad e POS	656.053	524.285	(81.775)	1.098.563
Máquinas e aparelhos e equipamentos	12.761	2	(950)	11.813
Equipamentos de informática	42.681	26.202	(2.466)	66.417
Móveis e utensílios	9.221	2.330	-	11.551
Benfeitorias em propriedades de terceiros	13.166	12.283	(1.389)	24.060
Instalações	3.049	1.213	(467)	3.795
Equipamentos de telefonia	3.712	831	-	4.543
Veículos e aeronave	16.123	30.496	-	46.619
Custo	756.766	597.642	(87.047)	1.267.361
Pin Pad e POS	(228.852)	(168.844)	16.686	(381.010)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(10.510)	(1.365)	-	(11.875)
Equipamentos de informática	(12.012)	(12.209)	129	(24.092)
Móveis e utensílios	(1.422)	(1.033)	-	(2.455)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(982)	(3.836)	348	(4.470)
Instalações	(227)	(362)	82	(507)
Equipamentos de telefonia	(2.601)	(1.575)	10	(4.166)
Veículos e aeronave	(1.410)	(4.410)	-	(5.820)
Depreciação acumulada	(258.016)	(193.634)	17.255	(434.395)
Imobilizado de uso	498.750	404.008	(69.792)	832.966

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência (a)	Saldo em 31/12/2020
Pin Pad e POS	489.212	264.028	(61.614)	(35.573)	656.053
Máquinas e aparelhos e equipamentos	12.827	5	(71)	-	12.761
Equipamentos de informática	27.538	15.736	(593)	-	42.681
Móveis e utensílios	6.245	2.524	(110)	562	9.221
Benfeitorias em propriedades de terceiros	2.838	11.380	(38)	(1.014)	13.166
Instalações	431	2.166	-	452	3.049
Equipamentos de telefonia	2.832	880	-	-	3.712
Veículos e aeronave	63	16.060	-	-	16.123
Custo	541.986	312.779	(62.426)	(35.573)	756.766
Pin Pad e POS	(129.574)	(111.978)	12.700	-	(228.852)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(7.642)	(2.881)	13	-	(10.510)
Equipamentos de informática	(4.681)	(7.493)	162	-	(12.012)
Móveis e utensílios	(478)	(962)	18	-	(1.422)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(259)	(738)	15	-	(982)
Instalações	(37)	(190)	-	-	(227)
Equipamentos de telefonia	(666)	(1.935)	-	-	(2.601)
Veículos e aeronave	(57)	(1.353)	-	-	(1.410)
Depreciação acumulada	(143.394)	(127.530)	12.908	-	(258.016)
Imobilizado de uso	398.592	185.249	(49.518)	(35.573)	498.750

(a) No segundo trimestre de 2020, a Companhia passou a registrar ativos fiscais diferidos de PIS e COFINS no momento da aquisição dos *Pin Pad* e *POS*, conforme legislação tributária brasileira. Anteriormente, o crédito era tomado em função da depreciação do ativo. Assim, o crédito tributário residual sobre ativos em operação foi reclassificado para a conta de impostos a recuperar no balanço patrimonial, sem impacto no resultado. Novas aquisições serão adicionadas ao imobilizado pelo valor líquido de ativos fiscais diferidos, que serão registrados na demonstração do resultado em linha com a depreciação do ativo.

16. Intangível

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>
Software	84.858	64.480	(7.567)	141.771	119.437	(30.179)	231.029
Licenças de uso de bandeiras	5.674	-	-	5.674	-	-	5.674
Marcas e patentes	27	-	(7)	20	-	-	20
Direito sobre contrato de representação	-	726	-	726	-	-	726
Custo	<u>90.559</u>	<u>65.206</u>	<u>(7.574)</u>	<u>148.191</u>	<u>119.437</u>	<u>(30.179)</u>	<u>237.449</u>
Software	(13.617)	(22.779)	463	(35.933)	(37.134)	464	(72.603)
Licenças de uso de bandeiras	(3.265)	(861)	-	(4.126)	(1.216)	-	(5.342)
Marcas e patentes	(1)	-	-	(1)	(1)	-	(2)
Direito sobre contrato de representação	-	(686)	-	(686)	(40)	-	(726)
Amortização acumulada	<u>(16.883)</u>	<u>(24.326)</u>	<u>463</u>	<u>(40.746)</u>	<u>(38.391)</u>	<u>464</u>	<u>(78.673)</u>
Intangível	<u>73.676</u>	<u>40.880</u>	<u>(7.111)</u>	<u>107.445</u>	<u>81.046</u>	<u>(29.715)</u>	<u>158.776</u>

17. Obrigações por empréstimos

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Captações</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Empréstimos (a)	390.363	9.222.986	(7.017.172)	101.082	2.697.259
Debêntures (b)	399.083		(17.597)	18.235	399.721
	<u>789.446</u>	<u>9.222.986</u>	<u>(7.034.769)</u>	<u>119.317</u>	<u>3.096.980</u>
Circulante	390.363				2.507.635
Não circulante	399.083				589.345

	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Captações</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Empréstimos	1.777.097	2.960.000	(4.367.468)	20.734	390.363
Debêntures	397.729	-	(14.076)	15.430	399.083
	<u>2.174.826</u>	<u>2.960.000</u>	<u>(4.381.544)</u>	<u>36.164</u>	<u>789.446</u>

(a) Empréstimos em moeda nacional

No exercício de 2021, foram emitidas um montante de R\$ 9.222.986 (R\$ 2.960.000 em 31 de dezembro de 2020) de novas CCBs, dos quais R\$ 2.697.259 (R\$ 390.363 em 31 de dezembro de 2020) estavam em aberto em 31 de dezembro de 2021, com vencimento até outubro de 2021 (março de 2021 - 31 de dezembro 2020) e juros remuneratórios na faixa de CDI + 0,68% a CDI + 1,20% a.a para os exercícios de 2021 e 2020. Os recursos desses empréstimos foram utilizados principalmente na antecipação de recebíveis.

(b) Debêntures privadas

Em 12 de junho de 2019, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, em série única, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A emissão totalizou o montante de R\$ 400.000 e estabelece como data de vencimento o dia 01 de julho de 2022.

A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios contratuais baseados na variação percentual acumulada de 101,40% da taxa média diária do DI. Os juros remuneratórios são pagos mensalmente a partir da data de emissão.

18. Contas a pagar estabelecimentos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a Pagar	16.003.597	9.193.438
Intenções de pagamentos	49.915	35.951
Créditos retidos	576	-
	<u>16.054.088</u>	<u>9.229.389</u>

19. Outras obrigações

a) Obrigações sociais e estatutárias

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dividendos e bonificações a pagar	5.317	96.639
Provisão para participações nos lucros	42.860	76.216
	<u>48.177</u>	<u>172.855</u>

b) Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	582	75.710
Impostos e contribuições a pagar	22.751	29.448
Outros	5.098	4.169
	<u>28.431</u>	<u>109.327</u>

c) Outros passivos diversos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a pagar ao FIDC TAPSO	7.318.468	7.962.429
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 30)	495.618	315.458
Outros	160.933	94.349
	<u>7.975.019</u>	<u>8.372.236</u>
Circulante	7.958.095	8.367.264
Não circulante	16.924	4.972

d) Provisão para Contingências

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para contingências	6.962	8.329
	<u>6.962</u>	<u>8.329</u>

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	196	7.912	8.108
Adições	275	4.428	4.703
Reversões	(120)	(1.330)	(1.450)
Pagamentos	(145)	(2.887)	(3.032)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	206	8.123	8.329
Adições	913	10.641	11.554
Reversões	(890)	(2.278)	(3.168)
Pagamentos	(58)	(9.695)	(9.753)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	171	6.791	6.962

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cível	72.816	39.914
Trabalhista	52.601	13.332
Tributário	5.178	-
Total	130.595	53.246

Perdas possíveis

A Stone possui os seguintes processos com probabilidade de perdas possíveis:

- Ação judicial impetrada por uma instituição financeira contra um comerciante credenciado em que a Companhia foi chamada como parte ligada ao comerciante, e solicitada a se abster de efetuar o pré-pagamento de recebíveis relacionados a quaisquer créditos do comerciante credenciado, provenientes de cartões de crédito e débito, além de ter sido solicitado que os valores provenientes das transações sejam pagos no domicílio bancário da instituição financeira demandante da ação. Em função da reavaliação do valor envolvido na ação durante o primeiro trimestre de 2020, visto que não há ações diretamente contra a Stone, e a perda possível deriva exclusivamente de honorários advocatícios, o valor considerado como perda possível foi aumentado para R\$ 11.597 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 9.132 em 31 de dezembro de 2020).
- Ações judiciais movidas por estabelecimentos comerciais caracterizados como cliente de um subadquirente anteriormente atendido pela Stone. Tal subadquirente apresentou dificuldades na liquidação dos fundos derivados de transações de débito e crédito realizadas pelos referidos estabelecimentos e o valor total de perda possível das ações em que a Stone foi chamada como corré, em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 8.186. (R\$ 1.255 em 31 de dezembro de 2020).
- Ação judicial movida por uma instituição financeira vítima de fraude. No processo em comento, a instituição financeira solicita a retenção e repatriação de valores transacionados de forma possivelmente espúria através dos sistemas de pagamento da Companhia. O valor considerado como perda possível é de R\$ 6.249 (R\$ 5.631 em 31 de dezembro de 2020).
- Ação de cobrança ajuizada por um parceiro comercial, responsável por parte da captação e indicação de estabelecimentos comerciais para serem credenciados, com exclusividade, ao sistema Stone, o qual foi rescindido pelo grupo Stone Co. O valor considerado como perda possível é de R\$ 4.864 em 31 de dezembro de 2021.
- Ação indenizatória ajuizada por um subadquirente anteriormente atendido pela Stone requerendo o pagamento de indenização pela rescisão do contrato estabelecido entre as partes. O valor considerado como perda possível é de R\$ 2.298 em 31 de dezembro de 2021.
- Ações judiciais movidas por estabelecimentos comerciais caracterizados como cliente de um subadquirente anteriormente atendido pela Stone. Tal subadquirente apresentou dificuldades na

liquidação dos fundos derivados de transações de débito e crédito realizadas pelos referidos estabelecimentos e o valor total de perda possível das ações em que a Stone foi chamada como corré, em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2.704.

- Ações judiciais cujas causas raiz conectam-se com a operação desenvolvida por ela no mercado. As demandas são relacionadas a (i) análise de risco e retenção de recebíveis, no montante de R\$ 8.178 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.817 em 31 de dezembro de 2020), (ii) análise de risco relativa à operação de conta de pagamento, no montante de R\$ 11.853 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.726 em 31 de dezembro de 2020), (iii) operação de concessão de crédito pela SCD, outra empresa do grupo, no montante de R\$ 2.020 em 31 de dezembro de 2021, bem como (iv) contestação de transações relacionadas por meio de cartão de crédito (chargebacks), no montante de R\$ 2.018 em 31 de dezembro de 2021.

Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Stone.

e) Provisão para pagamentos a efetuar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários e encargos	194.540	175.557
	<u>194.540</u>	<u>175.557</u>

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social é representado por 155.667.136 ações ordinárias, sendo 155.667.135 ações da empresa DLP Capital LLC e 1 ação da DLPPar Participações S.A., em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 869.445, totalmente subscritas e integralizadas.

Ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

b) Reserva de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Stone constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 108.201 (R\$ 25.178 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) para a distribuição de remuneração baseada em ações (Nota 31).

c) Reserva de lucros

A Stone não constituiu reserva legal período findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.399 no período findo em 31 de dezembro de 2020).

d) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira. Conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, em seu artigo 9º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

Em AGE realizada em 26 de junho de 2020, foi aprovada a distribuição de R\$ 29.907 a título de juros sobre capital próprio, a ser liquidado pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

Em AGEs realizadas em 30 de novembro e 31 de dezembro de 2020, foram aprovadas as distribuições de R\$ 23.686 e R\$ 4.522, respectivamente, a título de juros sobre capital próprio, a serem liquidados pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

Em AGE realizada em 30 de junho de 2021, foi aprovada a distribuição de R\$ 31.222 a título de juros sobre capital próprio, a ser liquidado pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia liquidou juros sobre capital próprio o valor de R\$ 100.384 e dividendos no valor de R\$ 4.746 referente ao período de 2020.

e) Outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 1.512 (revertendo o valor de 1.512 (negativo) de 31 de dezembro de 2020), representa outros resultados abrangentes em relação a perda não realizada de hedge de fluxo de caixa.

21. Receitas operacionais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	1.325.670	1.149.383
Impostos sobre receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	(153.683)	(130.040)
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	<u>1.171.987</u>	<u>1.019.343</u>
Receita de aluguel de equipamentos	455.920	342.708
Impostos sobre receita de aluguel de equipamentos	(42.173)	(31.721)
Receita líquida de aluguel de equipamentos	<u>413.747</u>	<u>310.987</u>
Receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	714.481	287.383
Impostos sobre receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	(29.150)	(11.426)
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	<u>685.331</u>	<u>275.957</u>
Total	<u>2.271.065</u>	<u>1.606.287</u>

22. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cessão definitiva	690.846	114.450
Cessão com retenção de riscos e benefícios	219.099	160.345
	<u>909.945</u>	<u>274.795</u>

23. Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Processamento de dados	221.415	124.169
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	122.384	92.777
Comunicações	46.884	38.312
Transportes	46.503	23.489
Outros (a)	122.815	38.686
	<u>560.001</u>	<u>317.433</u>

(a) Referem-se principalmente a gastos diretamente atribuíveis ao funcionamento de Pin Pad e POS, tais como bobinas, acessórios, armazenagem e etc.

24. Despesas de pessoal

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários e proventos	577.405	424.393
Encargos sociais	176.462	117.280
Benefícios	136.067	80.475
Treinamentos	6.851	5.194
	<u>896.785</u>	<u>627.342</u>

25. Despesas administrativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Publicidade, promoções e relações públicas	120.520	39.469
Serviços técnicos especializados	63.735	42.123
Despesas tributárias (a)	38.386	23.820
Aluguéis	34.163	17.922
Viagens	33.532	13.546
Processamento de dados	39.886	13.437
Comunicações	11.550	6.773
Eventos internos	9.744	3.409
Transportes	5.316	3.829
Despesas de Seguros	3.952	2.947
Manutenção e conservação de bens	3.309	1.361
Serviços de vigilância e segurança	3.228	2.409
Serviços do sistema financeiro	2.572	1.064
Materiais	2.113	1.464
Água, energia e gás	1.114	1.993
Outros	7.092	8.377
Total	<u>380.212</u>	<u>183.943</u>

(a) Referem-se principalmente a despesas de PIS e COFINS incidentes sobre resultado de aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.

26. Despesas de provisões

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para perdas operacionais	44.938	24.907
Provisão para contingências	8.386	3.253
	<u>53.324</u>	<u>28.160</u>

27. Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Recuperação de perdas operacionais	10.581	15.589
Variação monetária ativa	-	2.078
Variação cambial ativa	1.334	3.595
Descontos obtidos	2.174	3.322
	<u>14.089</u>	<u>24.584</u>

28. Outras despesas operacionais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Perdas operacionais (a)	107.707	90.941
Despesas de comissões com parceiros	83.298	48.949
Variação monetária passiva	2.169	1.186
Variação cambial passiva	-	2.625
Outras despesas operacionais	3.577	37.975
	<u>196.751</u>	<u>181.676</u>

(a) Refere-se principalmente a valores de perdas na realização de transações de pagamento.

29. Resultado não operacional

Os valores reconhecidos como resultado não operacional são decorrentes principalmente ao custo de alienação de ativos, doações e patrocínios. O resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro 2021 foi de R\$ 10.491 (negativo em R\$ (42.466), no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

30. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Ativos	31/12/2021	31/12/2020
PDCA S.A. (controlador final comum)	186.895	1.121
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	15.342	47
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	5.429	-
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	1.973	175
Cappta S.A. (controlador final comum)	609	161
Stone Logística Ltda. (controlador direto comum)	494	2.341
DLP Capital LLC	261	-
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	1	850
BUY4 Sub LLC (controlador final comum)	-	1.697
Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. (controlador final comum)	-	282
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	-	14
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 11)	211.004	6.688
Ativos	31/12/2021	31/12/2020
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	9.182	-
MNLT Soluções de Pagamento S.A. (controlada)	1.212	33.746
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	28	-
Dividendos a receber (Nota 11)	10.422	33.746
Passivos	31/12/2021	31/12/2020
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(482.181)	(192)
Equals S.A. (controlador final comum)	(3.233)	(2.418)
Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda.	(3.179)	-
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(2.382)	(9.615)
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	(1.538)	-
MNLT Soluções de Pagamentos S.A.	(1.374)	(745)
Collact Serviços Digitais S.A.	(986)	-
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(738)	-
Vitta Serviços em Saúde LTDA. (controlador final comum)	(7)	-
StoneCo Ltd. (controlador final)	-	(34)
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	-	(302.454)
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 19c)	(495.618)	(315.458)
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(1.927.057)	(1.490.815)
Contas a pagar a estabelecimentos	(1.927.057)	(1.490.815)
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(9.149)	(6.636)
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(4.292)	(68.853)
Cappta S.A. (controlador final comum)	(2.001)	309
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(46)	-
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoal chave da administração comum)	(2)	-
Stone Seguros S.A. (controlador final comum)	-	(1.000)
Depósitos	(15.490)	(76.180)

Receitas	31/12/2021	31/12/2020
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	186.417	23.740
VCK Investiment Fund Ltd.	10	-
Cappta S.A. (controlador final comum)	8	-
Total	186.435	23.740

Despesas	31/12/2021	31/12/2020
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(135.789)	(118.459)
Equals S.A. (controlador final comum)	(42.703)	-
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(12.022)	-
StoneCo Pagamentos UK Ltd.	(3.866)	-
VHSYS (pessoal chave da administração comum)	(1.085)	(445)
Collact Serviços Digitais S.A. (controlador final comum)	(1.072)	(1.469)
Zurich Consultoria e Participação Ltda.	(1.023)	-
Cappta S.A. (controlador final comum)	(975)	(1.324)
VCK Investment Fund S. A	(507)	-
Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(189)	-
Linked Gourmet Soluções para Restaurantes S.A. (controlador final comum)	-	(25)
Total	(199.231)	(121.722)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco.

Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da MNLT não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

Principais operações com partes relacionadas:

Valores a receber de sociedades ligadas: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos referem-se substancialmente a rateios de despesas devidas.

Valores a pagar a sociedades ligadas: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Stone SCD pagou antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone Instituição de Pagamento aos estabelecimentos comerciais usuário finais recebedores, e se sub-roga em seus direitos, se tornando a nova credora da Stone Instituição de Pagamentos. Por essa razão, o montante a pagar para a Stone SCD é de R\$ 482.181.

Contas a pagar a estabelecimentos: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo está composto por obrigações originadas em transações com cartões de débito e crédito, que foram capturadas pela Pagar.me. A atividade da Pagar.me consiste na prestação de serviço de subadquirência de estabelecimentos comerciais, com a Stone sendo o principal veículo de adquirência utilizado por ela.

Depósitos: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos referem-se a depósitos em contas de livre movimentação das empresas Pagar.me, Stone SCD, Stone Seguros e Cappta.

Receitas: Nos exercícios 31 de dezembro de 2021 e 2020, referem-se substancialmente a receita de juros de antecipação de recebíveis cobradas da Pagar.me.

Despesas: Nos exercícios 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante está composto substancialmente pela prestação de serviços de processamento de transações e de uso licenças de softwares operacionais realizados pela BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., serviços de credenciamento fornecidos pela Collact Serviços Digitais

S.A., serviços de consultoria prestados pela VHSYS Sistema de Gestão S.A e software de gestão de recebimentos realizadas pela Equals.

A remuneração global do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 54.498 (R\$ 57.057 em 31 de dezembro de 2020).

Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da MNLT não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

31. Pagamento baseado em ações

Em setembro de 2018, a Companhia outorgou Unidades de Ações Restritas (“UARs”) e opções de ações. Essas concessões são classificadas como patrimônio líquido, a maioria das outorgas está sujeita a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada será reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (“*vesting period*”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa, a saber: aproximadamente 6% foram adquiridas até o IPO da StoneCo Ltd., 9% adquiridas em 4 anos, 18% adquiridas em 5 anos, 21% adquiridas em 7 anos e 46% adquiridas em 10 anos.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

As movimentações ocorridas de UARs e opções de ações são apresentadas abaixo:

	UARs	Opções	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.485.199	26.706	3.511.905
Outorgas	273.899	-	273.899
Emitidas	(265.768)	-	(265.768)
Transferências entre empresas do grupo	146.343	-	146.343
Canceladas	(48.005)	(1.134)	(49.139)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.591.668	25.572	3.617.240
Outorgas	2.304.356	-	2.304.356
Emitidas	(120.664)	-	(120.664)
Transferências entre empresas do grupo	4.029	-	4.029
Canceladas	(182.553)	-	(182.553)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.596.836	25.572	5.622.408

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecida provisão em despesas de pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 88.161 (R\$ 99.139 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Stone registrou na reserva de capital o montante de R\$ 108.201 (R\$ 25.178 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) para a distribuição de remuneração baseada em ações.

32. Gerenciamento de riscos

A Gestão de Riscos no Grupo conta com as seguintes frentes de atuação: Risco de Mercado, Liquidez, Crédito, Capital, Operacional, Conformidade e Controles Internos. A gestão de risco das operações é efetuada por meio de controles calcados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio do Grupo, que monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, sendo submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

- a) **Risco de mercado:** é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições detidas pelo Grupo:

- *Risco de variação das taxas de juros* : É o risco de perdas financeiras resultante de movimentos adversos das taxas de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos.
 - *Risco cambial*: É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de câmbio.
- b) **Risco de liquidez**: é o risco de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de Tesouraria e Controle de Risco Financeiro. Como partes dos controles diários, são estabelecidos limites de descasamento máximo e de concentração de passivos, que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um nível de caixa seguro.
- c) **Risco de crédito**: é o risco de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações de pagamento perante o Grupo. No contexto operacional da Stone, o risco de crédito corresponde, principalmente, à possibilidade de inadimplência de bancos emissores de cartões e subcredenciadores. O Grupo dispõe de mecanismos para o monitoramento e mitigação desse risco, categorizado por:
- *Emissores*: as áreas de Tesouraria e Controle de Risco Financeiro realizam o monitoramento semanal da exposição por vencimento e emissor, e estabelece parâmetros de avaliação, de acordo com a classificação e porte das contrapartes. Os bancos emissores são classificados em três categorias: (i) “Top 5”, que são as instituições pertencentes aos seguintes conglomerados prudenciais: Banco Bradesco S.A.; Itaú Unibanco S.A.; Banco Santander S.A.; Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A.; (ii) Emissores que figuram como devedores nos FIDCs; e (iii) demais emissores. O acompanhamento semanal inclui a exposição em aberto junto aos emissores, a avaliação da concentração dos bancos classificados como Top 5, FIDCs e quatro maiores instituições da categoria de demais emissores, e o detalhamento dos fluxos financeiros a vencer por emissor, nos principais vértices dos valores financeiros a receber. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores também considera as classificações das agências internacionais de risco. Na hipótese de aumento significativo na concentração da exposição, deterioração da qualidade creditícia ou evento de inadimplência do emissor, são acionados os mecanismos de mitigação ou plano de contingência. Para mitigação do risco de crédito de emissores, a Stone realiza operações de cessão de direitos creditórios, sem direito de regresso, junto a bancos cessionários com quem o Grupo tenha convênio, FIDCs e demais instrumentos financeiros.
 - *Subcredenciadores*: a área de Risco Transacional monitora periodicamente a exposição ao risco de crédito junto a cada subcredenciador, classificando-os em três grupos, conforme a relevância do volume total de pagamentos (“TPV”) e grau de utilização do produto de antecipação de recebíveis. Também são analisados os percentuais de *chargeback* e cancelamento. São realizadas análises dos vencimentos da carteira nas operações de antecipação de recebíveis e pela comparação entre o limite de antecipação (percentual máximo antecipável) e o valor efetivamente antecipado. São criados alertas para variações relevantes no volume antecipado e nos vencimentos da carteira, em comparação com o mês anterior analisados e informados em relatórios periódicos. A mitigação do risco de crédito de subcredenciadores é feita através de garantias concedidas na forma de depósito ou instrumentos financeiros similares, redução parcial ou total no volume de antecipação de recebíveis (caso este ultrapasse o limite definido pelo Grupo), bem como da identificação de deterioração na qualidade de crédito pela área de Risco Transacional. Adicionalmente, a Stone tem a prerrogativa contratual de auditar os subcredenciadores para assegurar que os dados financeiros reportados ao Grupo são válidos e íntegros, e que os montantes recebidos do Grupo são devidamente repassados aos usuários finais recebedores.
 - *Demais riscos de crédito*: a identificação dos demais riscos de crédito é realizada pelas áreas de Tesouraria e Risco Transacional por meio da participação no fluxo de criação de novos produtos. A identificação visa assegurar e identificar quais novas operações podem gerar algum tipo de risco de crédito, que deverá ser monitorado. São monitoradas situações de “agenda negativa” em que o volume de *chargeback* e/ou cancelamento ultrapassa o total de direitos creditórios devidos pelo Grupo ao estabelecimento comercial, para que esses casos passem a integrar o cálculo de provisão de risco de crédito, e a área de Cobrança possa atuar de forma ativa junto aos usuários finais recebedores para sua

recuperação. Como forma de mitigação, a equipe de Risco Transacional acompanha tais situações e avalia os casos em que é viável solicitar ao instituidor do arranjo a reversão do *chargeback*.

- d) Gerenciamento de capital:** a Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Circular BCB nº 3.681/13. A Companhia mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN. A Companhia mantém recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, acrescidos dos saldos em trânsito entre contas de pagamento e dos valores recebidos pela instituição ainda não disponibilizados para livre movimentação pelo usuário final.
- e) Risco operacional:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, conforme eventos descritos na Circular BCB nº 3.681/13. O Grupo gerencia os riscos operacionais inerentes aos seus negócios, com grande número de operações diárias e dependente de sistemas, de processamento de dados e de tecnologia da informação. O Grupo realiza o gerenciamento de riscos da operação, usando tecnologia avançada para acessar, planejar e implementar estratégias que minimizem riscos potenciais e adversos, que possam afetar as nossas operações. O Grupo utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de pagamento, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão. Os eventos de riscos operacionais também incluem: a) fraudes internas; b) fraudes externas; c) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; e) práticas inadequadas relativas a clientes produtos e serviços; e) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; f) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; g) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e h) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição
- f) Risco cibernético:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos ou relacionados ao ambiente cibernético, que:
- Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (TI) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; ou
 - Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI.

O Grupo gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos.

O Grupo possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, e conta com equipes treinadas e dedicadas para mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requerimentos da Resolução BCB nº 85/21.

- g) Conformidade:** o time de *Compliance* conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17 e Circular BCB nº 3.865/17. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão, aos códigos de ética e de conduta e às políticas internas. Não obstante, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente.

O time de *Compliance* é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da Stone Instituição de Pagamentos nos termos da Resolução nº 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (“COAF”) e Circular BCB nº 3.978/20.

- h) Controles Internos:** o time de Controles Internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentações e

contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia, conforme Circular BCB nº 3.681/13 e Resolução CMN nº 4.968/21.

As principais atividades de controles internos são:

- Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para controlar e/ou mitigar os eventos de risco operacional, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos;
- Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de risco operacional novos ou anteriormente não abordados;
- Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados pelas auditorias; e
- Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados.

i) Limites Operacionais

Nos termos do art. 9º da Circular nº 3.681/13, as instituições emissoras ou credenciadoras de instrumento de pagamento pós-pago devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses.

Nos termos do art. 10º do mesmo normativo, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado correspondente a, no mínimo, o maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente.

A atuação da Stone IP abrange as modalidades de credenciadora e de emissora de moeda eletrônica, conforme definições constantes no art. 3º, III da Resolução BCB nº 80. O patrimônio líquido da Stone IP é de R\$ 1.196.086, superior, portanto, a 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses, que corresponde a R\$ 462.571.

33. Eventos Subsequentes

Em 01 de janeiro 2022, a empresa Collact Serviços Digitais S.A. foi incorporada pela Companhia. A transação não resultará em aumento de capital da Stone e sim troca de ações de emissão da Collact pelas ações da Stone, tendo em vista que a Stone é titular das totalidades das ações de emissão da Collact, conforme acordado entre partes envolvidas. A Collact Serviços Digitais S.A., (“Collact”) possuía registrado em seu patrimônio líquido, na reserva de capital, o montante de R\$ 2.940.